

INTRODUÇÃO

Definir o território por rural e urbano exhibe certa complexidade, envolve elementos materiais e imateriais (símbolos, memória, etc.), elementos estes que estão em constantes transformações e diferentes processos históricos (de sociedade para sociedade, e, até mesmo de região para região). Hoje, percebemos que os elementos materiais, que outrora autores sintetizavam como a dicotomia entre o urbano (moderno) e o rural (atrasado), depende quase que exclusivamente da demanda, ou seja, pode-se dizer que os elementos materiais não caracterizam o meio com precisão. Por outro lado, os elementos imateriais propostos por Sorokin e Zimmermann (1929) e Abramovay (1998 e 2000), (os trabalhos levam em consideração a ocupação, o tamanho da comunidade, o ambiente, homogeneidade e heterogeneidade das sociedades envolvidas e a mobilidade de trabalho e estratos sociais existentes nos espaços rurais e urbanos). Nestes trabalhos, percebemos que apesar de sua maior precisão, ele se restringe a escala de um observador, ou seja, na escala local, o que, certamente inviabilizaria caracterizações para a organização espacial, sobretudo quando nos referimos a uma esfera que depende do Estado.

Com isso o presente trabalho propõe um novo delineamento para as possíveis pesquisas, apesar de um tema muito debatido na esfera geográfica, observamos que, pouco se pensou em definir o urbano e o rural não somente por seu conteúdo material ou imaterial (fixos), mas sim, pelos seus fluxos. Caracterizando os locais não por uma dicotomia de urbanização e não urbanização, mas pelo processo espacial específico que ali ocorre com maior ênfase.

REFERENCIAL TEÓRICO

Um das questões mais trabalhadas e polêmicas da geografia, sobretudo da geografia agrária, é a definição territorial do rural e do urbano. Muitos teóricos trabalharam com essa questão, dentre as principais abordagens ressaltava-se a de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), a autora analisa a evolução das sociedades, e, por uma base historicista explora as relações de dominação/subordinação, a transformação do espaço geográfico, reconhecendo, no entanto, a possibilidade de coexistirem e se inter-relacionarem. Já Karini Furini Ponte (2004), busca entender o rural pelas inter-relações entre a sociedade e o espaço que o habitam, tais inter-relações profundamente alteradas pela Revolução Industrial, neste ponto, criando a verdadeira dicotomia entre o urbano (moderno) e o rural (atrasado).

Alguns autores como Henri Lefebvre (1999) e José Graziano da Silva (1997) defendem a continuidade (*continuum*) entre eles, pois, direta ou indiretamente o rural se beneficiaria da infra-estrutura do urbano. O primeiro discute a “revolução urbana”, partindo do pressuposto da plena urbanização da sociedade, ou seja, uma sociedade

totalmente urbanizada, oriunda do processo de industrialização prolongada e absorvendo produção agrícola, que, estaria subordinada à atividade urbana e industrial. O autor justifica sua teoria retratando a expansão do “tecido urbano”, e que esta seria o “conjunto de manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 1999), com isso, indicaria a sociedade percentualmente, urbanização plena (100%) e ausência da urbanização (0%), sendo que, não haveria sociedade nos pontos extremos. O segundo crê que devido à complexidade das relações contemporâneas, não se faz uso de sinonímia entre urbano e indústria ou rural com agricultura, sinteticamente o “meio rural brasileiro” se urbanizou e foi inundado por um “mundo urbano”, o autor retrata também o processo de criação/evolução dos chamados “complexos agro-industriais”. Solari (1973) procura compreender a diferença entre o rural e o urbano pelo aspecto social, sem menosprezar o lado material. Embasa sua teoria mais objetivamente pelas relações sociais e não necessariamente pelos aspectos materiais de tais meios, destacando, principalmente, os aspectos de ocupação (divisão do trabalho), diferença ambiental, tamanho das comunidades (e suas relações de impessoalidade), homogeneidade dos habitantes, herança (no aspecto de memória coletiva). Já No entanto, ambas as abordagens teóricas se tornaram, paulatinamente, inaplicáveis quando deparadas com novas situações e “para uns, o território viria antes do espaço; para outros, o contrário é que é verdadeiro” (RAFFESTIN, 1993). Entendemos assim o território por espaço apropriado e modificado socialmente, mas, para entender sua peculiaridade e dinâmica, as manifestações físicas (fixos) dependem de seu movimento e dinâmica (fluxo), e, por conseguinte, a diferenciação dos fluxos seria a forma mais adequada para a caracterização do território.

Na explanação filosófica a ser feita, caracterizaremos em primeiro momento sinteticamente o território como: Rural (pequena produção e familiar, com pouca relação com o mercado, ou seja, com baixos fluxos), Agrícola (grande produção, alta relação com o mercado e um fluxo maior, e mais dependente de meios de transportes), Urbano (Fluxos heterogêneos e em enorme quantidade), Industrial (fluxos homogêneos, ou de mesmo “setor” e em grande quantidade), Zona de Transição (perímetro urbano, onde os fluxos são apropriados por meio de externalidades, “cinturão verde”, favelas), Sistema de Engenharia (fixos das redes de transporte) e Plataformas (portos, onde o fluxo é necessariamente ligado a vocação, e, mudam grande parte do território ao redor).

METODOLOGIA

O presente trabalho propõe a reavaliação dos trabalhos com maior relevância no tema, observamos a necessidade desse melhor delineamento, pois, “nos últimos decênios, o território conhece grandes mudanças em função de acréscimos técnicos que renovam a sua materialidade, ao mesmo tempo, dos processos econômicos e sociais em curso”. (SANTOS, 2004) Assim, o território não pode ser entendido e caracterizado somente

por sua materialidade, mas sim, pelo processo de transformação espacial que nele ocorre.

Observamos hoje, diferente do que fora afirmado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) e Karini Furini Ponte (2004), os territórios não exercem, necessariamente, a relação de dominação e subordinação, já que, em alguns casos o campo (tecnificado) não depende do urbano, pois sua produção já fora comercializada por outros meios, e que, não se pode mais caracterizar o rural e o urbano como a dicotomia atrasado *versus* moderno, uma vez que as condições materiais são unicamente dependentes da demanda e do capital. Essa mesma preposição anula, em nosso trabalho as idéias de Lefebvre (1999) e José Graziano da Silva (1997), apesar de em alguns casos, o rural se beneficiar da infra-estrutura do urbano, o urbano em outros casos, depende do rural para produção de alimentos, então não se estabelece assim a relação de dependência, e sim de troca. Nós concordamos com a preposição de Solari (1973) e Abramovay (1998) trabalhos estes levam em consideração a ocupação, o tamanho da comunidade, o ambiente, homogeneidade e heterogeneidade das sociedades envolvidas e a mobilidade de trabalho, o apego a terra e estratos sociais existentes nos espaços rurais e urbanos. Nestes trabalhos, percebemos que apesar de sua maior precisão, ele se restringe a escala de um observador, ou seja, na escala local, o que, certamente inviabilizaria caracterizações para a organização espacial, sobretudo quando nos referimos a uma esfera que depende do Estado, e que os autores ressaltam os aspectos sociais, sobretudo referentes à memória coletiva e social, cremos que, esta, em nível de planejamento e caracterização do território, se torne inviável devido a sua volatilidade, conforme afirma Pierre Nora (1984) “A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, está em evolução permanente, *aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações*”.

Propomos assim, compreender e caracterizar o território não por seu meio material ou pelos aspectos sociais, mas sim pelo processo espacial dominante. Já que as “desigualdades territoriais têm como fundamento um número de variáveis bem mais vasto, cuja combinação produz uma enorme gama de situações de difícil classificação” (SANTOS, 2004). Neste trabalho apenas delinearemos algumas propostas mediante aos fluxos e fixos do espaço, para assim caracterizar o território, pois conforme . Mas, lembramos que podem ser considerados processos espaciais específicos para a caracterização, por exemplo: *impermeabilização do solo / demanda por asfalto* (por um lado o “urbano” tem uma grande demanda por asfalto, saneamento, sinalização, enquanto o “rural” tem uma demanda menor nesses aspectos e maior em outros como a acessibilidade a saúde e educação) *Assoreamento de rios e ocupação de áreas inundáveis* (processo específico típico de cidades de grande porte), redes de esgoto / fossas sanitárias (características que opõe diretamente e concomitantemente a impermeabilização do solo, mas, que contem problemas de generalização pois condições sociais e físicas, as vezes, evitam que as redes de esgoto ou a ausência dela

caracterize o território) e etc. Os processos específicos de nossa pesquisa não serão considerados no presente artigo.

OS PROCESSOS ESPACIAIS E OS TERRITÓRIOS

Apesar de se tratar de apenas um delineamento, tentaremos a seguir uma breve explanação dos processos que já foram descritos anteriormente. Lembrando sobre a explanação de Jacques Frades (1992), "a técnica adquire uma presença e esposa um meio", o mesmo autor segundo Milton Santos lembra que o objeto técnico, que dinamiza e ao mesmo tempo, configura o espaço é uma produção metodicamente obtido.

"A nos atermos ao nível mais evidente, poderemos definir 'objeto técnico' como a coisa que emana de uma produção obtida metodicamente, ao cabo de uma série de operações de convergência (G. Simondon), os 'sistemas técnicos' como conjuntos coerentes de objetos materiais ou imateriais e como princípios e soluções técnicas e, enfim, a "tecnociência" como o conjunto institucionalizado de valorização sistemática da pesquisa e das aplicações científicas e técnicas" (FRADES, Jacques. "Présentation", 1992, *apud* SANTOS).

Assim aferimos que, os "fixos" e os "sistemas de engenharia" são os frutos físicos da técnica e os "fluxos"¹ a dinâmica de transformação por ela provocada, seja diretamente pela sua aplicação, ou por influência de sua dinâmica intrínseca.

O Rural / Natural

Caracterizado acima como a pequena produção e familiar, com pouca relação com o mercado, ou seja, com baixos fluxos. A melhor caracterização dessa classe seria a de exclusão, uma vez que quando ela não se encaixa em nenhuma das caracterizações anteriores, e apresentar assim simultaneamente um baixo número de fluxos, caracterização essa também abrange florestas e reservas ambientais.

Agrícola

Corresponde a grande produção, as CAI's e as grandes propriedades monoculturas ou intensivas, pois desenvolvem uma grande relação com o mercado e dinamiza um emaranhado fluxo, de demanda pelos seus insumos e de oferta, pela sua grande produção (que na maioria das vezes, depende de redes de transporte). Também responderá em alguns casos como áreas de conflito de terras e concentração de empresas de aviação agrícola.

¹ Termos estes que foram caracterizados por Milton Santos em diversos trabalhos, entre eles "Metamorfoses do espaço habitado" (1988).

EMPRESAS DE AVIAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL – 1995



Urbano

O Urbano passa a ser, por nosso delineamento como o território mais facilmente caracterizado, pois, a heterogeneidade e enorme quantidade de fluxos, fixos e sistemas de engenharia compreenderiam a uma escala de concentração populacional e ao mesmo tempo, a um centro de concentração e expurgo dos fluxos.

Para melhor ilustrar, os mapas de concentração populacional, redes de telefonia celular e tráfego aéreo em relação aos grandes centros urbanos.

EMPRESAS AÉREAS NACIONAIS – FLUXO DE PASSAGEIROS – 1996



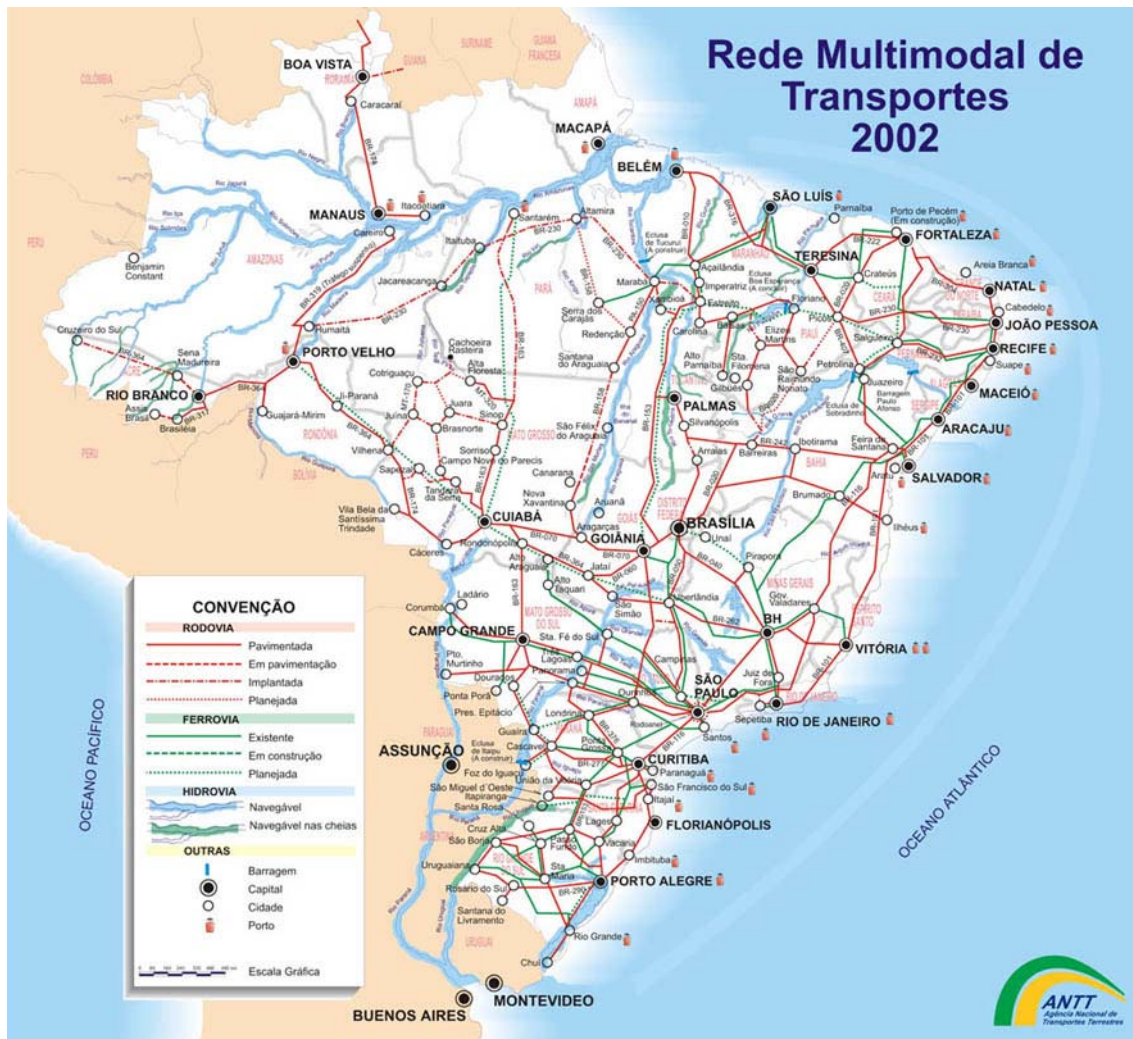
Industrial

Os territórios por nós caracterizados por industrial, responderá a Incubadora de Empresas, que em sua maioria, concentram indústrias de uma mesma vertente industrial ou de um setor próximo, ou seja, fluxos homogêneos e em grande quantidade. Quando no meio de uma metrópole, se caracterizaria como Urbano, uma vez que os trabalhadores e os sistemas de circulação se confluirão.

Zona de Transição e Sistemas de Engenharia / Plataformas

Defendemos em nosso trabalho a existência de Zonas de Transição, pois o perímetro urbano e, o avanço dele, começa a configurar um território, mas contendo, ao mesmo tempo, sistemas de engenharia e fluxos parecidos com os das cidades próximas. Ambos se beneficiariam desses fluxos por proximidade e por meio das externalidades, (“cinturão verde”, favelas, estradas de grande porte, portos, etc.)

Alguns desses se caracterizam como Sistemas de Engenharia ou Plataformas, pois, por condições naturais, ou por mudanças que o homem construiu para se beneficiar acaba modificando todas as redes de fluxos e concomitantemente o território ao redor.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos as falhas que podem ocorrer no trabalho, mas lembramos que ele se apresenta como um delineamento da pesquisa que estamos desenvolvendo, esta que será sujeita a testes e estudos de caso.

O objetivo desse delineamento é propor uma concepção e caracterização do território para facilitar o planejamento do espaço, e a transformação e modificação da segunda natureza. Embora ainda em testes, tentaremos em nossas pesquisas posteriores a sincronização dos fluxos (mais precisamente a rede elétrica, transportes e taxa de reflexão do solo como medida para a impermeabilização) para um mapeamento em escala regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. A questão do território no Brasil. Hucitec/IPESPE, São Paulo: 1995.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 2ª ed. São Paulo:Hucitec / UNICAMP, 1998.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro?. Revista Terra Livre São Paulo: AGB. n. 15, 2000.
- BRITO, Maristela de Azevedo; MESQUITA, Olindina Vianna. Expansão espacial e modernização da agricultura brasileira no período 1970 – 75. Revista Brasileira de Geografia Rio de Janeiro: IBGE, V.44, nº 1, jan./mar. 1982.
- CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política: território, escala de ações e instituições: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CHAYANOV. A. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da. A Questão Agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo – SP: USP, 1993.
- KAUTSKY, KARL. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. (Trad, Sérgio Martins). Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros, O conceito de espaço rural em questão Revista Terra Livre. São Paulo: AGB. V. 18, nº 19, jul/dez. 2002.
- NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In: Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984. apud. DECCA, Edgar Salvadori de. Memória e Cidadania. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE SÃO PAULO. O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.
- PONTE, Karina Furini. (Re) Pensando o Conceito do Rural. Revista Nera. São Paulo: UNESP. – v. 7, nº 4, p. 20 – 28, jan./jul., 2004.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tomás e QUEDA, Oriowaldo. (Orgs.). Vida Rural e Mudança Social. São Paulo: Companhia editora nacional, 1973.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. (Trad. Maria Cecília França). São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, Luis Carlos Tosta dos. Por uma concepção dialética do espaço: O conceito de Formação Espacial em Milton Santos. Revista Geografares. Vitória: UFES, v. 1, n.1, jun. 2000.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A formação social como teoria e método. In: Boletim Paulista de Geografia. n. 54, jun., 1977.

_____. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo : EdUSP, 2006.

_____. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. Nova Economia. Belo Horizonte, v.7 n.1, 1997.

SOLARI, Aldo B. O objeto da sociologia rural. In: SZMRECSÁNYI, Tomás; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ , Estudos Sociedade e Agricultura, nº 15, p.87 – 135, out., 2000.